

O território brasileiro¹

Adma Hamam de Figueiredo

Elemento fundamental de caracterização da sociedade e do Estado brasileiro, o território representa um dos fundamentos e símbolo da identidade nacional, o que torna seu mapa uma referência central desta identidade e de seu reconhecimento no mundo.

Enquanto resultado do poder e da ação sobre o espaço geográfico, a formação do território brasileiro está intrinsecamente comprometida com uma visão interligada dos processos e circunstâncias que moldaram, no tempo e no espaço, sua tropicalidade, ocupação socioeconômica e a própria ação do Estado no Brasil.

Historicamente, essa formação vinculava-se, na ótica do colonizador europeu, à construção de um espaço e de uma sociedade que tinha na ocupação do solo e na expansão territorial a base de poder. Nesse contexto, nas colônias o poder originava-se na propriedade fundiária e trazia em si uma acentuação dos processos referidos ao espaço, aí se incluindo até mesmo a dinâmica da vida social.

Nas Américas a expansão territorial estava intrinsecamente assentada na disponibilidade de terras e possibilidade de avanço da fronteira econômica e da demográfica, facilitada pelos caminhos naturais existentes. Tais caminhos, traçados muitas vezes pelas redes hidrográficas, possibilitaram a enorme velocidade com que a mineração, a extração vegetal, os rebanhos e as frentes populacionais penetraram nas remotas extensões do continente, traçando as linhas gerais de definição dos territórios nacionais por intermédio da origem de novas vilas e fronteiras político-administrativas então criadas.

A noção de conquista territorial atravessa, assim, a formação de vários países latino-americanos, como o Brasil, trazendo em seu bojo um projeto nacional de concluir a formação territorial, isto é, coloca na ocupação dos “fundos territoriais não povoados” o elemento fundante da unidade da nação. Por isso, um tom marcadamente geopolítico caracteriza a formação territorial e aparece nos discursos envolvidos com a construção dos aparelhos estatais nessa parte do mundo.

Pode-se afirmar, assim, que, no caso brasileiro, as histórias geopolítica e geoeconômica estiveram fortemente entrelaçadas na sua formação territorial e na simbólica, pautadas pela continentalidade e diversidade regional/cultural características do País.

Quinto país em extensão territorial do planeta, com uma superfície territorial de 8 514 876 km², o Brasil ocupa quase a metade do continente sul-americano, possuindo uma vasta região fronteiriça com todas as nações da América do Sul, à exceção do Chile e do Equador.

Por um lado, esse imenso território permite ao País compartilhar não só recursos bióticos (Floresta Amazônica) e hídricos (Aqüífero Guarani), assim como suas maiores bacias hidrográficas – a Amazônica e a do Prata – com os demais países sul-americanos, possuindo, desse modo, a plataforma natural para liderar o processo de integração econômica regional e se fortalecer frente aos blocos hegemônicos mundiais, sejam eles articulados pela frente americana, europeia ou asiática.

Por outro lado, a continentalidade e a localização geopolítica do Brasil faz com que seu extenso litoral tenha seu valor estratégico e econômico desdobrado não somente nas inúmeras ilhas que possui, como, principalmente, em uma nova “fronteira territorial submersa”.

¹ Esse texto contou com a revisão crítica de Ailton Antonio Baptista de Oliveira, geógrafo do IBGE.

Nesse “território marítimo”, conforme observado nos mapas relativos a seguir, o Brasil possui várias ilhas oceânicas, destacando-se as de Fernando de Noronha, Abrolhos e Trindade, de enorme valor enquanto patrimônio natural, além de uma vasta e rica plataforma de mais de 4 milhões de quilômetros quadrados sob soberania do Estado brasileiro de acordo com a ratificação do limite exterior da Plataforma Continental Brasileira e Zona Econômica Exclusiva pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar - CNUDM.

Crescentemente valorizada pelas modernas tecnologias de exploração dos recursos da Plataforma Continental e das camadas mais profundas do Pré-sal, tal plataforma revalorizou-se em um momento histórico pautado pela ameaça de escassez de fontes energéticas que ronda o mundo contemporâneo.

A vastidão da superfície terrestre brasileira, tanto em latitude (entre os paralelos de 5°16'20" de latitude norte e 33°45'03" de latitude sul), quanto em longitude (entre os meridianos de 34°47'30" e 73°59'32" a oeste de Greenwich), abriga um extraordinário mosaico de ecossistemas, produzido por amplas diversidades climática e topográfica que servem de referência não só à sua inserção internacional, como, internamente, ao seu processo de ocupação.

No plano externo, o capital de recursos naturais, representado pela biodiversidade, pela relativa abundância de recursos hídrico e mineral e pela existência de fronteiras agrícola e mineral ainda passível de expansão, via incorporação de novas terras ao processo produtivo, conferem ao Brasil posição singular frente aos países mais industrializados do mundo, colocando, em novos termos, sua participação geopolítica em relação ao núcleo central da economia mundial.

Com efeito, na atualidade, em que pesem as crises financeira e ambiental, o Brasil torna-se centro de interesses estratégicos que movem a política e a economia no mundo atual visando à utilização de recursos “tradicionais” para produção de petróleo, ferro, hidreletricidade e alimentos - como da produção de biocombustíveis e, agora, também, dos serviços ambientais e dos recursos hídricos para consumo humano.

No plano interno, essas características contingenciaram as diversas formas de ocupação e uso pela sociedade dos espaços moldados pelas naturezas tropical e subtropical do País, conformando, em linhas gerais, uma diferenciação regional que se altera à medida que o movimento de ocupação vai reconstruindo, dinamicamente, o Território Nacional através do tempo.

O processo de ocupação e as atividades econômicas desenvolvidas no Brasil estiveram fortemente relacionadas com a exploração de seus recursos e, portanto, das potencialidades naturais contidas em seu vasto território². Pode-se afirmar, assim, que este último nunca traiu o desenvolvimento nacional, fornecendo a base de recursos necessária à expansão da fronteira econômica, sempre que foi solicitado nos momentos de aceleração do processo de crescimento, notadamente da indústria, de consolidação do mercado interno e, mais recentemente, de competição no mercado externo.

Desse modo, ao lado da via política centralizadora que possibilitou a manutenção da integridade territorial e a formação do Estado nacional, a própria continentalidade do Brasil irá impor uma feição diferenciada à exploração econômica dos seus recursos naturais,

consolidando variadas identidades regionais no interior da colônia, do Império e, posteriormente, da República brasileira, através dos grandes projetos catalisadores de sua unidade territorial.

Como resultado de um povoamento que teve na expansão e na posse espontânea do território a base de sua dominação política, os estados brasileiros herdariam do período colonial uma divisão político-administrativa extremamente diferenciada em termos de sua dimensão territorial, o que marca até hoje as desigualdades territoriais existentes no Mapa Político do Brasil.

Nesse contexto, o automatismo que marcou a passagem das províncias do Império em estados-membros da República Federativa acabou por reafirmar os mesmos limites territoriais cujos contornos, segundo Octavio e Vianna (1927), não haviam sido determinados por “qualquer princípio metódico ou sistemático”.

A configuração territorial dos estados remonta, assim, às antigas Capitânicas Hereditárias, cujas fronteiras foram limitadas pela extensão de terras concedida na costa e, a partir daí, se estendendo para o interior, isto é, para o “sertão”, na medida da capacidade de exploração dos donatários. As províncias herdariam, desse modo, uma divisão territorial profundamente desigual, cabendo a algumas “grandes vastidões incultas”, enquanto a outras restariam “diminutas nesgas de terra” (OCTAVIO; VIANNA, 1927).

Ainda durante o Império, parlamentares defensores do federalismo, como Tavares Bastos, chegaram a propor uma nova divisão política das áreas de maior ocupação das províncias, que visavam torná-las territorialmente mais interligadas, retirando de seu interior grandes espaços despovoados que passariam a constituir Territórios ou Distritos governados diretamente pelo poder central até que tivessem condições de se emanciparem (ANDRADE; ANDRADE, 1999).

Nesse sentido, mesmo entre os que apoiavam a descentralização do Estado unitário imperial, lançava-se mão de um projeto intrinsecamente centralizador, como o da criação de Territórios Federais, enquanto elemento de ajuste das enormes desigualdades territoriais historicamente construídas em um País de dimensões continentais, diferentes formações étnicas e baixíssimo relacionamento entre suas unidades político-administrativas.

O imediato aproveitamento das *províncias* imperiais em *estados* federados, sem qualquer alteração na configuração territorial original, deixa entrever, contudo, que, em termos geopolíticos, a passagem do centralismo imperial para a República e o federalismo não chegaria a ser, de imediato, portadora de forças transformadoras na organização territorial da nação embora se deva evitar, no caso brasileiro, a transposição direta da ideia de uma maior fragmentação territorial como um projeto necessariamente descentralizador do poder.

Ao contrário, muitos daqueles que defenderiam, posteriormente, a necessidade de uma divisão equilibrada do mapa político nacional em termos da dimensão territorial dos Estados federados buscavam, antes de tudo, afirmar o poder central frente à ameaça de acirramento das desigualdades e de legitimação de autonomias regionais.

De qualquer forma, a alegação de “tradições históricas” justificadoras da manutenção dos recortes territoriais preexistentes descartou qualquer iniciativa oficial no sentido de diminuir as desigualdades entre as unidades federadas por meio de uma distribuição territorial mais equitativa entre elas (BOMFIM, 1996)³. Nesse contexto, o Mapa Político do Brasil contemporâneo, com

² Segundo Araújo (2006), o Brasil engatou no Século XVI no velho movimento de internacionalização do capital comercial como colônia de exploração dentro de um processo que deixa sua marca até os dias atuais. Desse modo, afirma a autora, pedaços do território brasileiro foram articulados nesse movimento, montando bases produtivas e estruturas socioculturais diferenciadas que, ainda hoje, marcam nossas distintas regiões.

³ Vale lembrar que, ainda no período colonial, as *capitânicas* (maiores unidades político-administrativas do período), já se dividiam em principais e subalternas, consagrando, institucionalmente, relações de sujeição e de dependência entre elas.

exceção dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Tocantins e das mudanças ocorridas pela transferência da capital federal para o interior e pela transformação dos antigos Territórios Federais em estados, guarda a marca do histórico processo de ocupação do território brasileiro a partir do litoral para o interior, processo esse alavancado pela ação do Estado a partir de meados do Século XX.

Com efeito, nesse período o discurso da integração nacional fundamentou o nacional-desenvolvimentismo, assumindo forma elaborada e ação política concreta a partir da década de 1970, quando a aceleração do processo associado de urbanização-industrialização passa a alterar, de forma radical, o ritmo e a forma de articulação e uso do Território Nacional, aí incluídas as áreas menos densas de sua fronteira agropecuária, configurando, grosso modo, a feição atual do território brasileiro. Nesse contexto, é somente em meados do século passado, com o processo de industrialização, que surge uma verdadeira rede urbana em nível nacional, tributária da formação de um mercado integrado nessa escala.

O período que se iniciava nessa época teria enorme significado na história recente do Brasil pelos efeitos dinamizadores do novo modelo econômico. Este último, ao buscar a ampliação do mercado interno presidido pela indústria, estimulava a demanda por alimentos e matérias-primas, criando vínculos mais intensos com as áreas de produção agropecuária e promovendo a integração de uma nova fronteira dinâmica.

O movimento de integração do espaço geográfico nacional, necessário à formação e ampliação do mercado interno⁴ e componente intrínseco ao processo de substituição de importações, foi viabilizado, portanto, pela construção de uma rede técnica pautada na expansão de rodovias e na geração/distribuição de energia a partir da segunda metade da década de 1950⁵ e, mais intensamente, nos anos de 1970, quando se avolumam, também, os incentivos fiscais e creditícios necessários à expansão de projetos produtivos fora das áreas de maior desenvolvimento.

Na contemporaneidade, a passagem de um período histórico, como o do nacional-desenvolvimentismo, marcado por um modelo de substituição de importação que promoveu a integração do Território Nacional, para outro período, pautado pela globalização e pela construção de um mosaico territorial que, hoje em dia, caracteriza a federação brasileira, põe em evidência que a transição dos anos de 1980 para a década seguinte constitui um divisor de águas em termos mundiais e nacional no que se refere à dinâmica da ocupação do território brasileiro.

A tendência atual da dinâmica da ocupação territorial aponta, assim, na direção do acirramento da complexidade e da fragmentação no uso do território brasileiro e dos riscos advindos do aprofundamento das desigualdades daí derivadas. Com efeito, segundo Furtado (1992), a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração à economia internacional, os efeitos de sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do País desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas.

Nesse sentido, um dos grandes desafios postos na atualidade diz respeito aos limites da capacidade regulatória do Estado nacional

⁴ Segundo Galvão apud Pacheco (1998), a impressionante expansão dos fluxos do comércio inter-regional, a partir dos anos de 1950 testemunha o notável avanço no processo de integração econômica do país e a formação de um mercado nacional virtualmente unificado.

⁵ Com efeito, para Fiori (2001), o núcleo da primeira agenda desenvolvimentista desenhada nos anos 50 propunha um crescimento econômico acelerado, com base na integração e interiorização do mercado interno, organizado a partir da expansão da infraestrutura, da indústria e do *agribusiness*.

sobre a sociedade, a economia e, principalmente, o território em um mundo globalizado no qual já se convive com inúmeros fatores de abrandamento da soberania nacional.

Nos dias atuais, mesmo que reavaliado pelas circunstâncias do processo de globalização, para qualquer sociedade, e, especialmente, para países emergentes, como o Brasil, os territórios nacionais ainda constituem, de acordo com Costa (2009), além da base material da soberania e um patrimônio a ser preservado a todo custo, um valioso ativo nas relações internacionais.

Manter a coesão interna e ampliar a democracia social pela gestão participativa da sociedade sobre o território e seus recursos parecem temas definitivamente postos na agenda política do País no Século XXI, hoje também desafiada pela necessidade de aproveitar, com eficiência, sua base de recursos naturais em um projeto de desenvolvimento para o Brasil que se quer comprometido com as gerações futuras.

Referências

ANDRADE, M. C. de O.; ANDRADE, S. M. C. de. *A federação brasileira: uma análise geopolítica e geo-social*. São Paulo: Contexto, 1999. 127 p. (Coleção Repensando a geografia).

ARAÚJO, T. B. de. O Brasil ainda precisa se consolidar como nação. *Boletim Regional: informativo da política nacional de desenvolvimento regional*, Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, n. 2, p. 14-22, maio/ago. 2006. Entrevista concedida ao jornalista Eduardo Ferreira. Disponível em: <http://www.integraregio.com.br/file.php/1/Biblioteca/Boletins_Regionais/Boletim_02.pdf>. Acesso em: set. 2010.

BOMFIM, M. J. do. *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira*. Prefácios de Wilson Martins, Ronaldo Conde Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. 630 p.

COSTA, W. M. da. O Brasil e a América do Sul: cenários geopolíticos e os desafios da integração. *Confins: revista franco-brasileira de geografia*, São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, Departamento de Geografia, n. 7, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index6107.html>>. Acesso em: set. 2010.

FIORI, J. L. *Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes, 2001. 268 p. (Zero à esquerda).

FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 87 p.

OCTAVIO, R.; VIANNA, P. D. *Elementos de direito público e constitucional brasileiro*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1927. 423 p.

PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Instituto de Economia, 1998. 291 p. Originalmente apresentada como tese de Doutorado à Universidade Estadual de Campinas, em 1996, sob o título: A questão regional brasileira pós-1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional.



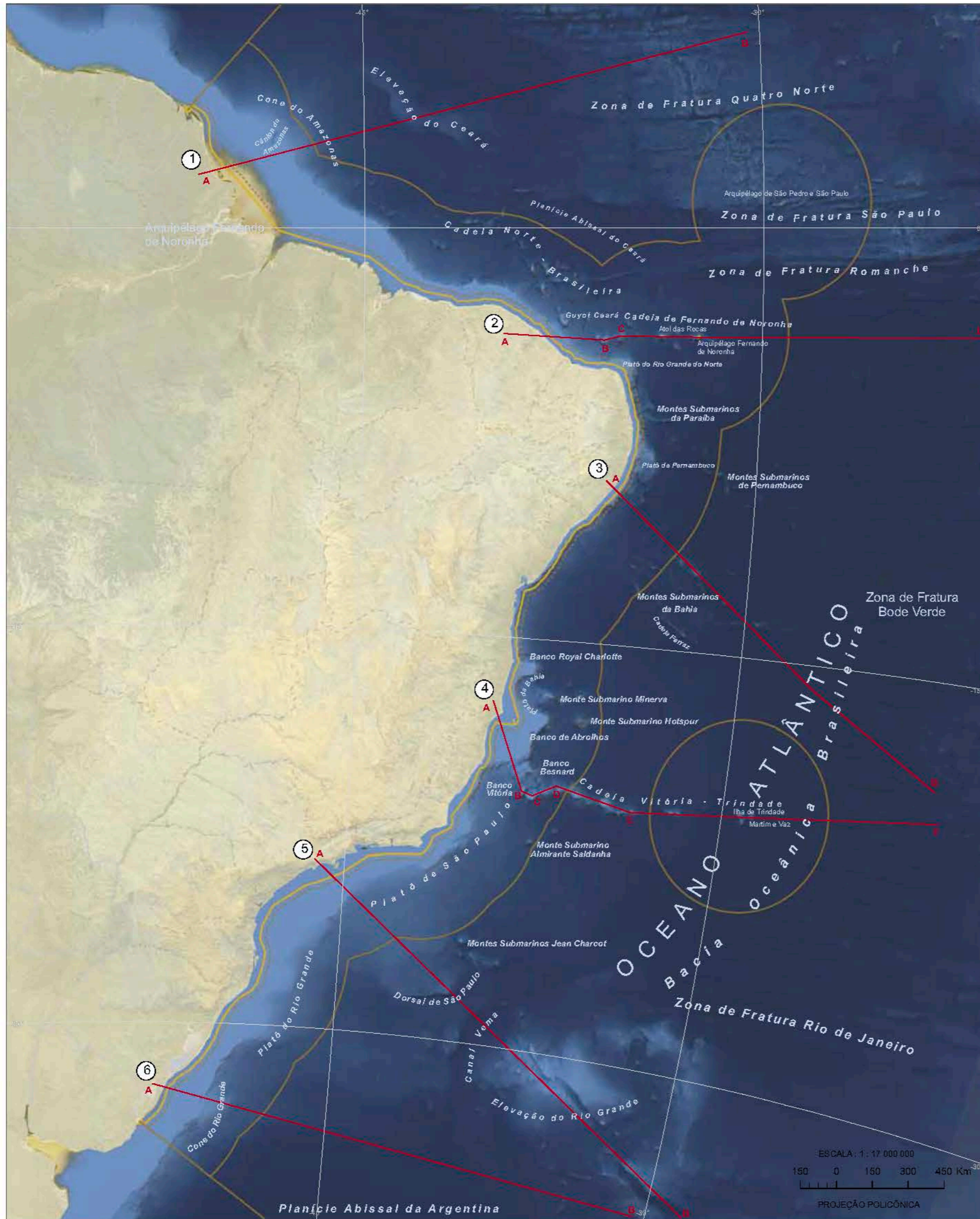
Brasil continental

Brasil continental

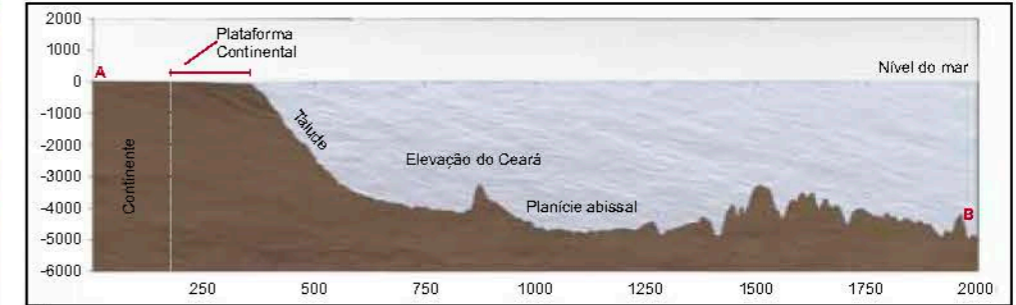


Fonte: The Next Generation Blue Marble. Imagens. Washington, D.C.: National Aeronautics and Space Administration - NASA, Earth Observatory, 2004. Disponível em: <http://www.nasa.gov/vision/earth/features/blue_marble.html>. Acesso em: jul. 2009.

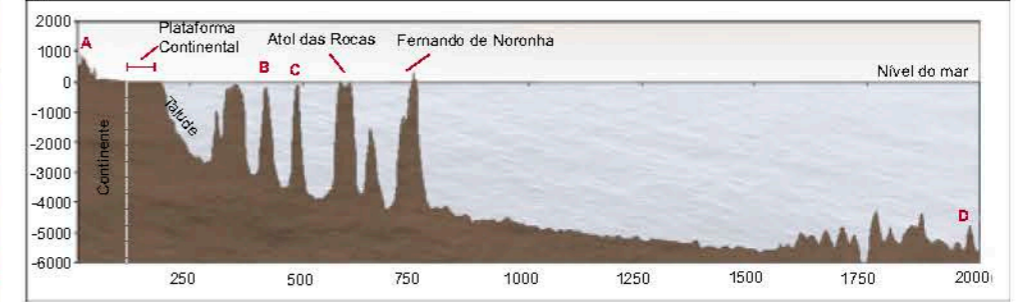
Brasil marítimo



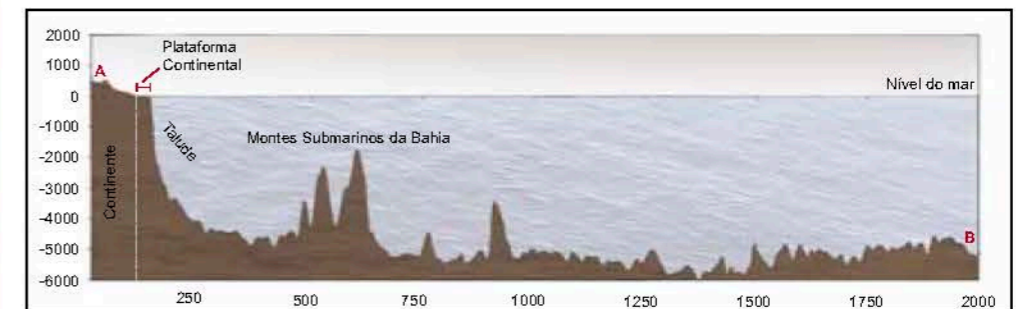
1 Foz do rio Amazonas



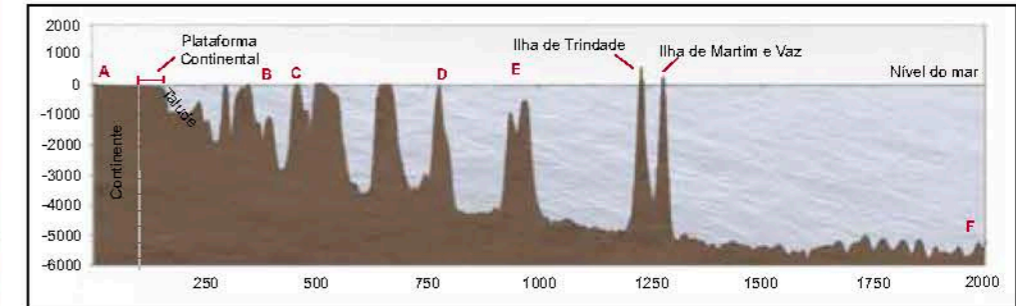
2 Cadeia Fernando de Noronha



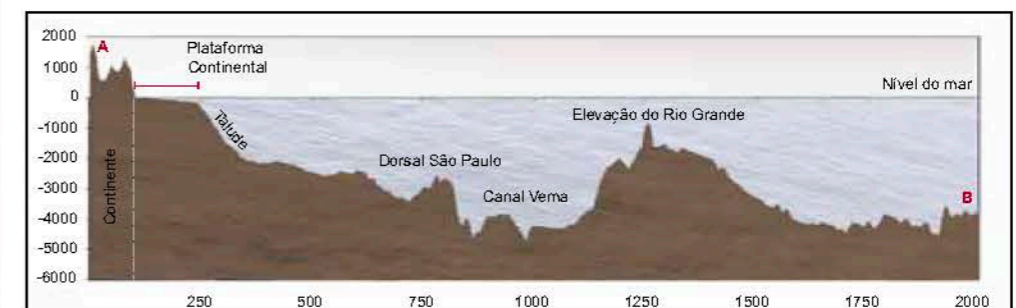
3 Montes submarinos da Bahia



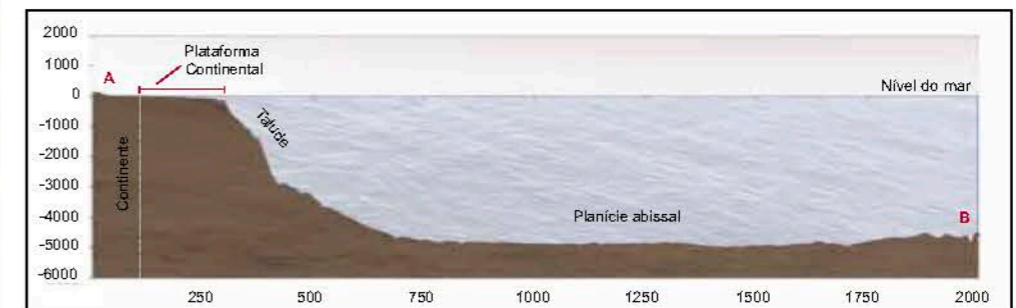
4 Cadeia Vitória - Trindade



5 Platô São Paulo



6 Cone Sul



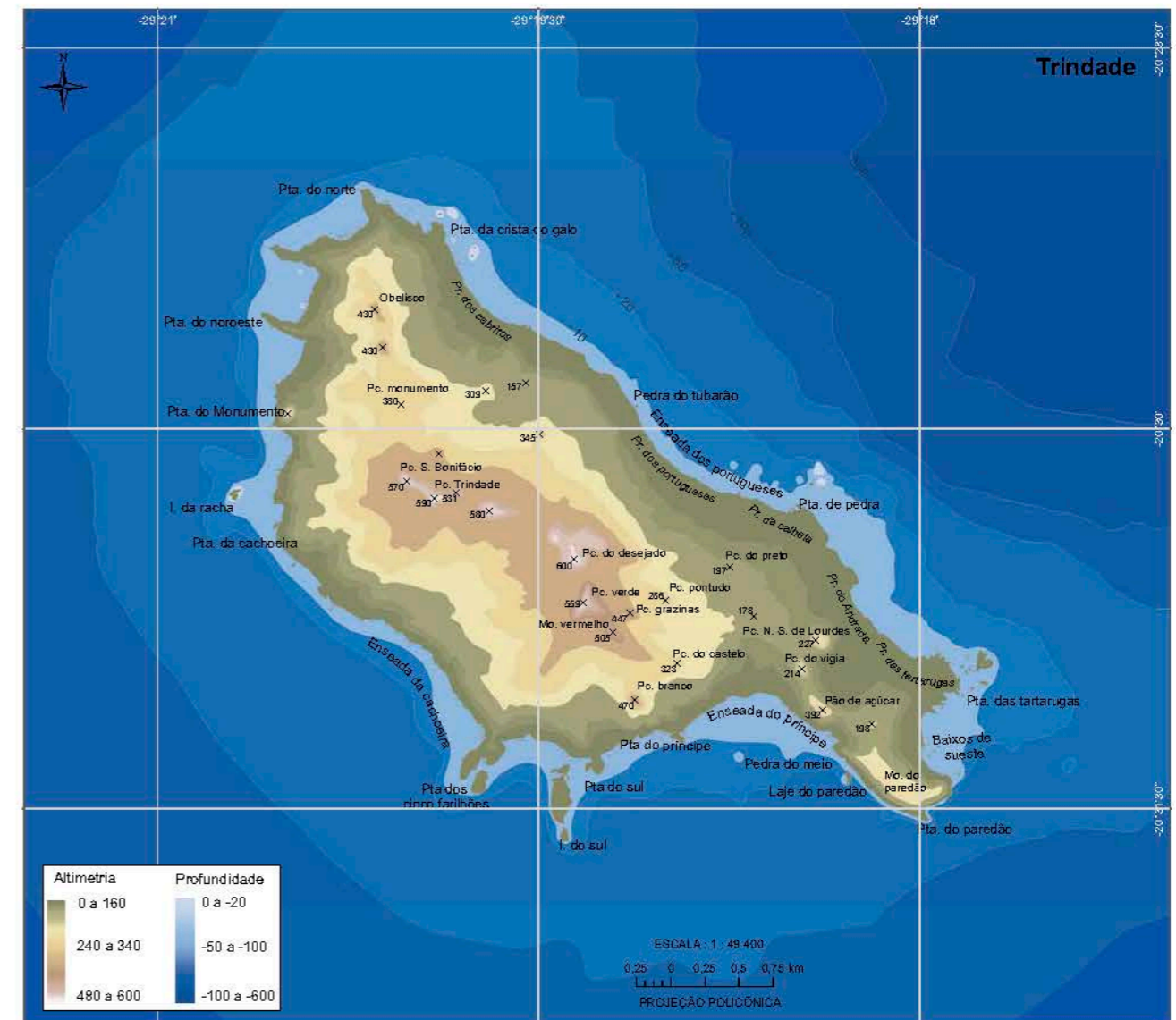
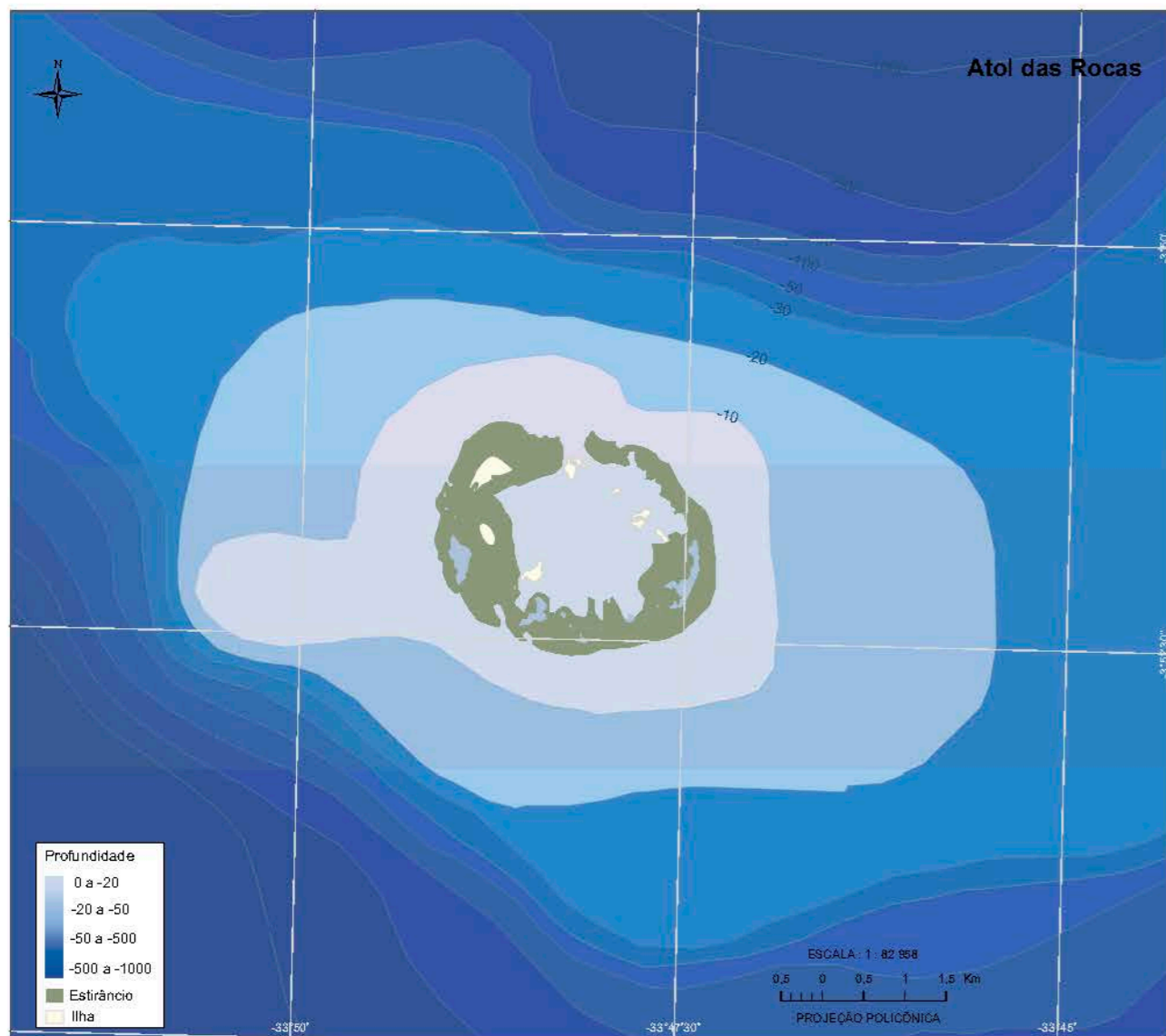
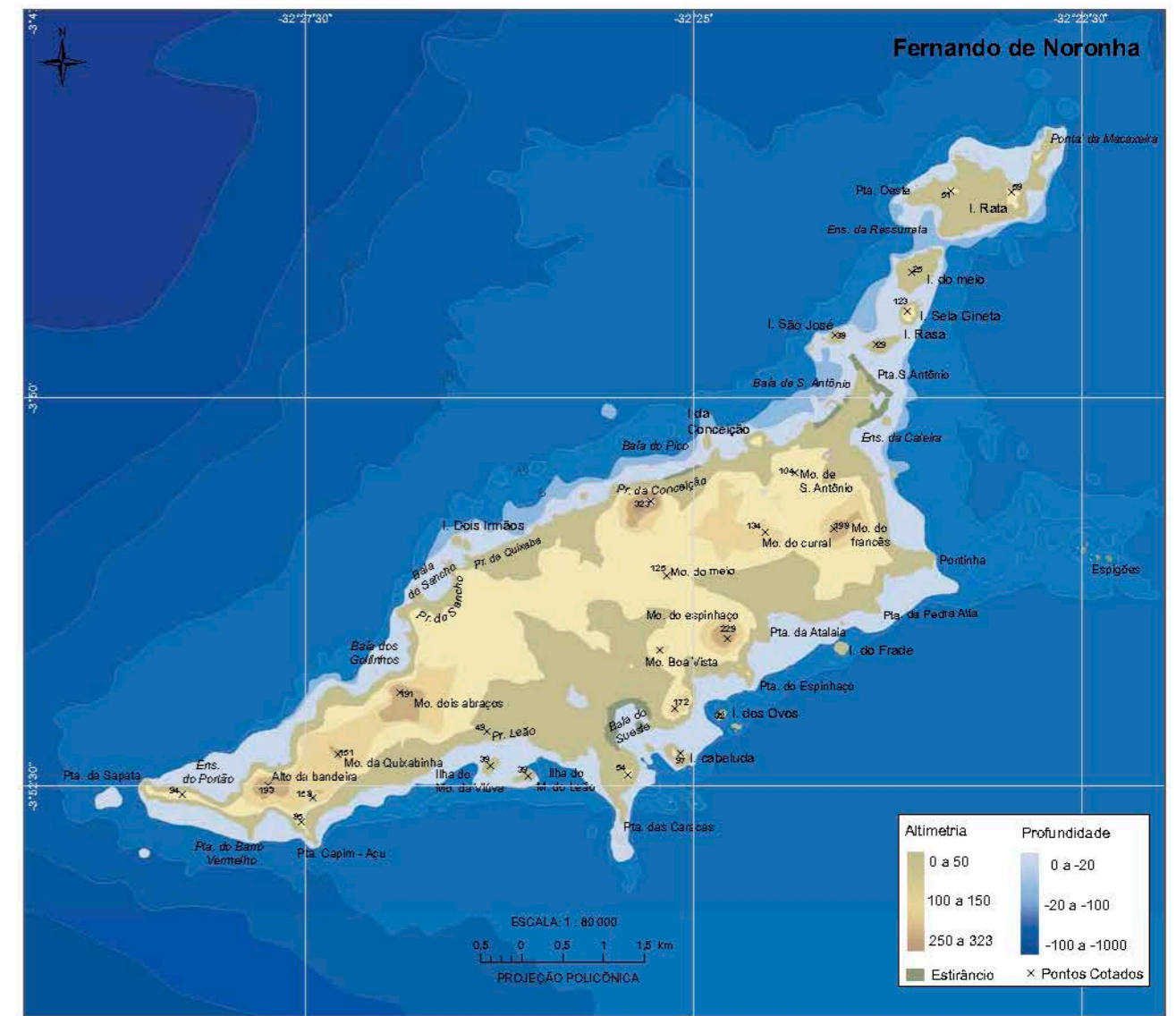
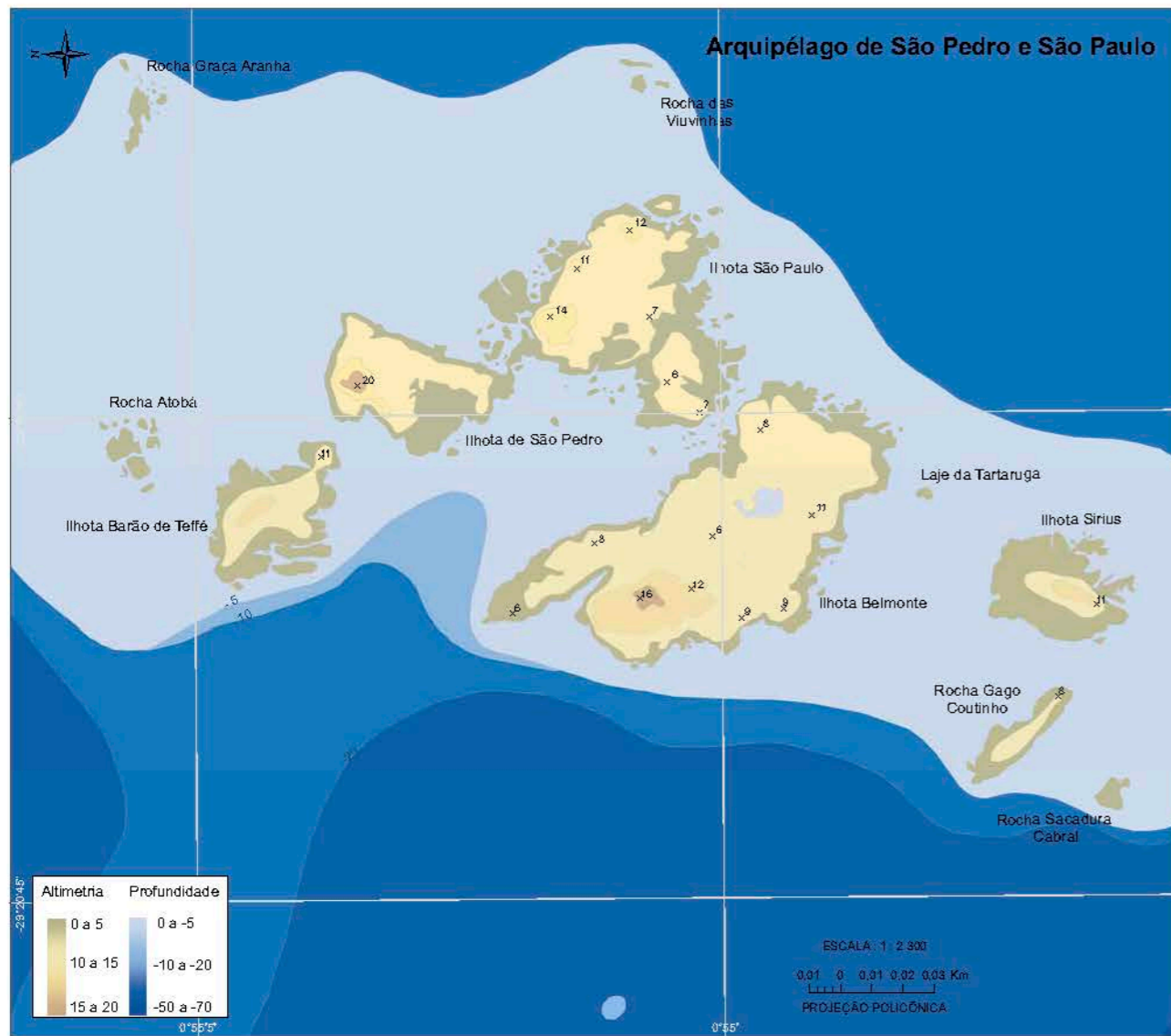
Legenda

- Perfis batimétricos
- Limite da Zona econômica exclusiva (200 milhas)
- Limite da Zona Contígua (24 milhas)
- Limite do mar territorial (12 milhas náuticas)
- Limite Internacional
- Limite Estadual

* os perfis batimétricos tem um exagero vertical de 900 vezes em relação ao horizontal.
 ** o eixo X referente a distância está expresso em quilômetros (km) e o Y referente a altitude está em metros (m)

Fontes: Marinha do Brasil, Diretoria de Hidrografia e Navegação, Centro de Hidrografia da Marinha; NASA's Earth Observatory; U.S. Geological Survey, Earth Resources Observation and Science; e Sandwell, Smith e Becker (2008).
 Nota: A morfologia das áreas oceânicas tem como base o Grid Global de 2 minutos - Geoxs, cujos dados foram obtidos em Sandwell, Smith e Becker (2008), via download.

Ilhas oceânicas brasileiras



Fonte: Marinha do Brasil, Diretoria de Hidrografia e Navegação. Cartas náuticas. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/dhn/dhn/index.htm>>. Acesso em: abr./jun. 2009.
 Nota: Cartas digitalizadas a partir do material disponibilizado no site da instituição.

Território brasileiro

Divisão política 2010



Convenções

Capitais de País	Ferrovia
Capitais de Estado	Rodovia duplicada
Cidades: Abaixo de 25.000 hab.	Rodovia pavimentada
de 25.001 a 100.000 hab.	Rodovia em pavimentação
de 100.001 a 350.000 hab.	Gasoduto
de 350.001 a 500.000 hab.	Rio
de 500.001 a 1.000.000 hab.	Limite de Grande Região
Mais de 1.000.000 hab.	Limite estadual
	Limite internacional
	Limites marítimos:
	12 milhas
	24 milhas
	200 milhas
	Delimitação lateral

Fonte: Atlas nacional do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2000; e Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.